

Programa de Pós-graduação em Direito, Governança e Políticas Públicas

Primeiro Semestre:

Disciplinas Obrigatórias

Nome: Constitucionalismo, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Constitucionalismo(s). Evolução e Vertentes. Constitucionalização do Direito e da Política. Interações e limites. Dimensões dos direitos fundamentais. Estado de Direitos Fundamentais e políticas públicas: respeito, não-intervenção, tutela, promoção, garantia e satisfação. Cidadania, espaço público e atores políticos.

Bibliografia básica:

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para um Teoria Jurídica das Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013.

CALMON DANTAS, Miguel. Constitucionalismo dirigente e pós-modernidade. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARLET, Ingo. A Eficácia dos Direitos Sociais. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

Bibliografia complementar:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador. 2ª. ed. Coimbra: Coimbra, 2001.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Rever ou Romper com a Constituição Dirigente? Defesa de um Constitucionalismo Moralmente Reflexivo. In: Cadernos de Direito

Constitucional e Ciência Política, nº 15, São Paulo: Revista dos Tribunais, jan-jun. 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Estado de direito. Lisboa: Fundação Mário Soares, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O Direito Constitucional na Encruzilhada do Milênio. De uma disciplina dirigente a uma disciplina dirigida. In: Constitution y Constitucionalismo Hoy.

Caracas: Fundação Manuel Garcia Pelayo, 2000, p. 217-225.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed., Coimbra: Almedina, [s.d].

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Brancos e a Interconstitucionalidade: Itinerários dos Discursos sobre a Historicidade Constitucional. Coimbra: Almedina, 2006a.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; Correia, Marcus Orione Gonçalves; Correia, Érica Paula Barcha. Direitos Fundamentais Sociais. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARNEIRO, Wálber Araujo. A autonomia do direito e o ponto cego de seus macros modelos teóricos. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 12, p. 169-182, 2014.

_____. As origens secretas do ativismo judicial e a Liga da Justiça. In: Moreira, Nelson Camatta; Oliveira, Juliana Ferrari de.. (Org.). Direito e Literatura: e os múltiplos horizontes de compreensão pela arte. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2015, v. , p. 191-201.

_____. Estado, políticas públicas e agentes sociais: em busca do diálogo perdido. Amicus Curiae (UNESC), v. 5, p. 1-26, 2008.

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica Constitucional A sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição.

Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1997.

Nome: Administração Pública e Teoria das Organizações

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: A administração pública, seus fundamentos e conceitos básicos. Administração patrimonialista. A corrente do New Public Management. Novos desenhos e tendências da Nova Administração Pública e suas estratégias no processo decisório de governança e da elaboração das políticas públicas, tendo como base a evolução das teorias desde suas origens até o presente. Paradigma funcionalista: teorias clássicas, relações humanas, sociologia das organizações, teoria comportamental, abordagens sistêmicas. Paradigma crítico: o poder e a influência nas organizações, ideologia gerencial. Novas abordagens na teoria das organizações.

Bibliografia básica:

- Abrúcio, F. L. Trajetória Recente da Gestão Pública Brasileira: um Balanço Crítico e a Renovação da Agenda de Reformas. Revista de Administração Pública – RAP. Ed. Especial Comemorativa 1967-2007. P. 67, 86 . FGV. São Paulo
- ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley. Teoria Crítica e Abordagens Pós-modernas para Estudos Organizacionais. Tradução Marcos Amatucci e Ilan Avrichir. In: CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). Handbook de Estudos Organizacionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais, p. 227 – 266
- Barzelay, M. The New Public Management. Improving Reserach and Dialogue. University of Califórnia Press. Los Angeles, 2001.
- Bresser Pereira, L.C; Spink, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 2003
- Draibe, S; Henrique, W. Welfare State, Crise e Gestão da Crise. Um Balanço da Literatura Internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 3 Nr. 6, Fevereiro de 1988.
- Dror, Y. A Capacidade para Governar. São Paulo. Edições Fundap, 1994 (Pags. 168 a 174)
- FADUL, Elvia; SILVA, Monica de Aguiar Mac-Alliste. Limites e possibilidade disciplinares da AP e Estudos Organizacionais.
- FARIA, José Henrique. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, Marcelo Milano falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Organizações, instituições e poder no Brasil (orgs). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 67-121.
- Motta, Luiz Eduardo. Os limites teóricos(e políticos) da teoria das organizações e da AP
- NUNES. Edson. A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismos e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2010
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração Pública Brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>
- WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: WEBER, Max. Economia e sociedade. Volume 1. 3ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. Pp. 139-198
- WAHRLICH, Beatriz M. de Souza. Uma análise das teorias de Organização. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986. Pp.1-72
- Weber, M. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 1904
- Bibliografia Complementar:**
- Abrúcio, F. L.; Gaetani, F. Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. Agenda, Aprendizado e Coalizão.
- Agtmael, A. V. O Século dos Mercados Emergentes. Ed. Cultrix. São Paulo, 2009.
- Aktouf, O. Governança e Pensamento Estratégico: uma Crítica a Michael Porter. Revista de Administração de Empresas – RAE . Vol. 42, Nr. 3 . julho de 2002
- Barbosa, N. O Desafio Macroeconômico de 2015-2018. Revista de Economia Política, Vol. 35, Nr 3. Jul/Set de 2015
- Bresser Pereira, L.C. Reforma do Estado para a Cidadania. Editora 34. São Paulo, 1988
- CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Alguns Ousam Chamá-lo de Poder. In: CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Org.). Handbook de Estudos Organizacionais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, Reflexões e novas direções, p. 260 -289
- Dror, Y. Muddling Through. Science or Inertia. In: Ventures in Policy Sciences. American Elsevier. New York, 1971 (Pags 261 a 263)
- FARIA, José Henrique. Weber e a sociologia das organizações. Revista de Administração. V.18, n.2. abr./jun., 1983,



pp.23-29

- Ferlie, E.; Asburner, L.; Fitzgerald, L.; Pettigrew, A. A Nova Administração Pública em Ação
- Frischtak, C. R. . China e Brasil: Singularidade e Reação. In: Velloso, J.P.R. . China, Índia e Brasil: o País na Competição do Século. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2011
- Gianbiagi, F. ; Schwartzman, A. Complacência. Elsevier Editora Ltda, Rio de Janeiro, 2014.
- Godet, M. . Manuel de Prospective Stratégique. Une Indiscipline Intellectuelle.. Dunod. Paris, 2004 (Pags. 5 a 22)
- Guerreiro Ramos, A. A Modernização em Nova Perspectiva: em Busca do Modelo da Possibilidade. In: Heidemann, F.G. , Salm, J.F. . Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise, Ed. UNB, 2009
- GUERREIRO RAMOS, A. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989
- Heidemann, F.G.; Salm, J.F. Políticas Públicas e Desenvolvimento. Bases Epistemológicas e Modelos de Análise. Editora UNB. Brasília, 2009.
- Hishman, A. O. A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America. University Press, New Haven and London, 1971 (Pags 70 a 72)
- Kaplan, R.S. e Norton, D.P. Having Trouble with your Strategy ? Then Map It. Harvard Business Review. Boston, setembro de 2000
- Ormond, D.; Loffler, E. A Nova Gerência Pública. Revista do Serviço Público, RSP. Ano 50 Nr. 2. ENAP. Brasília, Abr-Jun,1999.
- Osborne, D.; Gaebler, T. Reinventando o Governo. Como o Espírito Empreendedor Está Transformando o Setor Público. Editora MH Comunicação. Goiânia, 1992
- Peteraf, M. A. The Cornerstones of Competitive Advantage: A Resource-based View. Strategic Management Journal. Vol. 14, Nr. 3. New York. março de 1993
- Pizza Junior, W. Burocracia (S) e (Des)burocratização. Revista de Administração Pública – RAP. São Paulo. Jul/Set, 1984
- Porter, M. E. Competição. Estratégias Competitivas Essenciais. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1999 (Pags. 167 a 208, A Vantagem Competitiva das Nações)
- Rezende, F. O Federalismo Brasileiro em seu Labirinto. Crise e Necessidade de Reformas. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2013.
- Torres, M.D.F. Fundamentos da Administração Pública Brasileira. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2012.
- WEBER, Max. Burocracia. In: MAX WEBER. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002, pp. 138-170
- WEBER, Max. Burocracia. In: MAX WEBER. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2002, pp. 138-170
- FARIA, José Henrique. Weber e a sociologia das organizações. Revista de Administração. V.18, n.2. abr./jun., 1983, pp.23-29

Nome: Estado, Organizações Não Governamentais e Governança

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Estado e a Reforma do Estado. Negócios com a Administração Pública. Gestão democrática x autoritarismo: entre a utopia e a realidade. Gestão democrática e a hegemonia do planejamento. Gestão democrática em um mundo independente. Reestruturação produtiva. A gestão da responsabilidade social das empresas. Gestão no terceiro setor e no cooperativismo. Agências Reguladoras. Direito Econômico na Constituição. Intervenção do Estado na Economia. Aplicação dos princípios de governança corporativa ao setor Público: Direito e gestão Pública. Definição e implementação de ações e programas públicos. Elementos da Governança das Entidades Públicas. O papel da Governança no setor público.

Bibliografia básica:

ANDRADE, Adriana; ROSSETI, José Paschoal. Governança corporativa - fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2004.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos. 2. Ed. ver ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e teoria da Constituição. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2011.

CANTIDIANO, Luiz L.; CÔRREA, Rodrigo (orgs.). Governança - empresas transparentes na sociedade de capitais. Série APIMEC. São Paulo: Lazuli, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que Trouxe de Novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

DRUKER, P. F. Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos -Princípios e Prática. Pioneira 1994.

DUPAS, G. Atores e poderes na nova ordem global. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

HÄBERLE, Peter. Estado Constitucional Cooperativo. Tradução de Marcos Augusto Maliska; Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HABERMAS, Jürgen. A constelação pós-nacional. Ensaio político. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. O código brasileiro das melhores práticas de governança corporativa. São Paulo: IBGC, 1999.

LAMEIRA, Vadir de Jesus. Governança corporativa. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.

LEAL, Ricardo P. C.; FERREIRA, Vicente A. de C.; SILVA, André L. C. Governança corporativa no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

LODI, João Bosco. Governança corporativa - o governo da empresa e o conselho de administração. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MELO NETO, F. P. de e FRÓES, C. Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 1999.

Bibliografia Complementar:

MELO NETO, F. P. de. e BRENNAND, J. M. Empresas Socialmente Sustentáveis - O Novo Desafio da Gestão Moderna. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora.

MELO NETO, F. P. de. e FRÓES, César. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa e o Caso Brasileiro. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 2001.

MONTAÑO, C. "Terceiro setor" e "Questão social" na reestruturação do capital: o canto da sereia. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro: 2001.

MONTENEGRO, T. O que é ONG. São Paulo. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. 1994.

PAES, J.E. S. Fundações e entidades de interesse social. 2ª ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

PAOLI, M.C. Empresas e a responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B.S.

Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, L. C. B. e GRAU, N. C. (Org.). O Público Não-Estatal na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SANTOS, J. R. Os Empreendedores Reais do Terceiro Milênio. Belo Horizonte: Cultura, 1998.

SEN, A. K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 1ª ed.



SMITH, B. & A. The Complete Guide to Nonprofit Management. New York: John Wiley & Sons, 1994.
SPINK, P.e C. Roberta. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
SZAZI, E. Terceiro Setor - Regulação no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Editora Petrópolis, 2000.
TENÓRIO, F. G. (Org.). Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
TORRES, C. Responsabilidade Social das Empresas. In: Silva, C.A. Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

Nome: Metodologia Científica Aplicada

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Metodologia de pesquisa - conceitos básicos: Os métodos de pesquisa. Fundamentos, aplicabilidade. Formas de pesquisa e de análise. O projeto de pesquisa: tipos de pesquisa, como elaborar o projeto de pesquisa. Definição de problemas e objetivos. Elaboração do projeto de pesquisa e sua operacionalização.

Bibliografia básica:

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2005.
KUHNT, Tomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo: Perspectiva, 2003.
LEWITT, Steven. DUBNER, Stephen, Freakonomics. O lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta. Campus. Rio de Janeiro. 2009
POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2001.
QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2005.
SALOMON, Delcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Bibliografia Complementar:

ANDERY, Maria Amélia et alii. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond. São Paulo: EDUC, 2004.
APOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.
BAUER, W. Martin; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
DESCARTES, René. Discurso do método: regras para a direção do espírito. São Paulo: Martin Claret, 2002.
FEIJÓ, Ricardo. Metodologia e filosofia da ciência: aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.
FRANCO, Maria Laura P. B. Análise do conteúdo. Brasília: Plano, 2003.
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1986.
LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, M. A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios. São Paulo: Atlas, 1992.
MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1982.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
MOREIRA, Daniel Augusto. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.



PEDRÃO, Fernando. Análise Social para Estudos Regionais e Urbanos.
<http://fernandopedrao.com.br/biblioteca_notas_aula.htm> capturado em 05 de março de 2006.
PEDRÃO, Fernando. Fundamentos da Metodologia das Ciências Sociais,
<http://fernandopedrao.com.br/biblioteca_notas_aula.htm> capturado em 05 de março de 2006.
POPPER, Karl - A Miséria do Historicismo. São Paulo. Cultrix.1991.
POPPER, Karl- A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos (2 volumes).Lisboa. Editorial Fragmentos.1993.
POPPER, Karl-Conjecturas e Refutações. Coimbra. Almedina.2000.
SEVERINO, António Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.
THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
TRIVINOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.
WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. Parte 1. e parte 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

Bibliografia (Outras):

LUBISCO, Nídia L; VIEIRA, Sônia C. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. 2. ed. Salvador: Edufba, 2003 ou versão eletrônica disponível em www.unifacs.br/biblioteca.
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (IBGE). Normas de apresentação da estatística brasileira. Rio de Janeiro: Serviço gráfico, IBGE, 1959.
CAMPELLO, Bernadete; CENDON, Beatriz V; e KREMER, Jeanette M. (Orgs.) Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
COSTA, Marisa, et alii. Caminhos investigativos. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.
GONÇALVES, Hortênciade Abreu. Manual de projetos de pesquisa científica. São Paulo: Avercamp, 2003.
BOAVENTURA, Edivaldo. Como ordenar as idéias. 8. ed. São Paulo: Ática: 2001.
BOAVENTURA, Edivaldo. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2004.
KERLINGER, F.N. Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: EPU / EDUSP, 1980
Dissertações e Teses aprovadas.

Segundo Semestre:

Disciplinas Opcionais ATENÇÃO

O aluno deve cursar obrigatoriamente uma das três Disciplinas (Elas são específicas a cada linha de pesquisa) descritas a seguir:

Nome: Formulação de políticas públicas e Gestão de Processos (para quem vai elaborar uma proposta de parte ou de uma política pública)

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Compreensão constitucionalmente adequada das políticas públicas. Marcos jurídicos, teóricos, analíticos e metodológicos para a formulação de Políticas públicas. A identificação do problema específico e suas condicionantes. Planejamento. Identificação e avaliação dos elementos norteadores da formulação: prioridades, recursos, meios e finalidades. Participação, atores e movimentos sociais na formação da agenda política. Os processos de formulação de políticas públicas. Princípios para a tomada de decisão nas esferas do Direito Público e Privado.

Bibliografia:

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
BAUMAN, Zygmunt. Em Busca da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
BAUMAN, Zygmunt. Globalização: conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
BAUMAN, Zygmunt. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. Bibliografia complementar
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.



- BONETI, Lindomar Wessler. Políticas Públicas por Dentro. Rio Grande do Sul: Editora UNIJUI. 2ª. Edição. 2007.
- BÖRZEL, Tanja A. What's so special about policy networks? An exploration of the concept and its usefulness in studying European governance. European integration online papers. vol. 1, n. 16, 1997, pp. 01-28.
- BOZEMAN, Barry, PANDEY, Sanjay K. Public management decision making: effects of decision content, Public Administration Review, vol. 64, n. 5, 2004, pp. 553-565.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Fundamentos para um Teoria Jurídica das Políticas Públicas. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CASTEL, Robert. A Insegurança Social: O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005. COHEN, Michael D., MARCH, James G., OLSEN, Johan P. A Garbage Can Model of Organizational Choice, Administrative Science Quarterly, vol. 17, n. 1, 1972, pp. 01-25.
- DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPLAN/IPEA. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPLAN/IPEA, 1990.
- DUNN, William N. Public policy analysis: an introduction. 2. ed. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1993.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n. 51, fevereiro de 2003, pp. 21-29.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000, pp. 212-259.
- GOMES, Eduardo Granha Magalhães. Conselhos gestores de políticas públicas. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 210p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado de Administração Pública e Governo da EAESP/FGV, Área de Concentração: Governo Local e Sociedade Civil
- GRAWITZ, Madeleine et LECA, Jean. Traité de Science Politique: Les Politiques Publiques. Paris: PUF, 1985.
- GRIMM, Dieter. Constituição e Política. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- GUSTAFSSON, Gunnel. Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of power. Policy sciences v. 15, n. 3, 1983, pp. 269-287.
- HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.
- LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo W. Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008, 48 p.
- LOWI, Theodore J. American business, public policy, case studies, and political theory, World Politics, 16, 4, 1964, pp. 677-715.
- MORIN, Edgar; NAÏR, Samir. Uma Política de Civilização. Lisboa: Piaget, 1997.
- OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.
- RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- SOUZA, Celina. Estado da arte em políticas públicas, in HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.) Políticas públicas no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

Nome: Gestão da Governança, Implementação de políticas públicas e PPP (para quem tem o objeto relacionado com a gestão de políticas públicas)

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Princípios da Governança. Democrática, governança pública e governança e governabilidade visão sistêmica e interdisciplinar da Governança Pública. Formas de Intervenção e Papel do Estado. Problemas públicos e agenda de governo. Instituições, Democracia e Políticas Públicas. Visão holística da relação entre governança pública e políticas públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs) e estrutura mais eficiente para uma rede de organizações atingir um determinado objetivo.

Bibliografia:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. (<http://www.planalto.gov.br>)
- COELHO, Ricardo Correa. O Público e o Privado na Gestão Pública. Brasília: UFSC/CAPES/UAB, 2009.
- DALARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011. FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria Geral do Estado. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4.ed. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC, 2009.
- MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Modelo Estrutural de Governança Pública. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE). Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 10, junho/julho/agosto, 2007.



SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro; TAVARES FILHO, Francisco & MACEDO, Fabrício de Queiroz. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2008. SOARES, Mário Lúcio Quintão. Teoria Geral do Estado: novos paradigmas em face da globalização. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Nome: Judicialização, Controladoria e Avaliação em políticas públicas (para quem vai trabalhar com avaliação de políticas Públicas)

Carga horária: 45 horas

Número de créditos: 3

Ementa: Controle das Políticas Públicas: interno e externo. Avaliação de Políticas Públicas: instrumental, conceitual, instrumento de persuasão e “esclarecimento”. Metodologia da Avaliação de Políticas Públicas. Judicialização das Políticas Públicas. Controle e Democracia.

Bibliografia:

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijui, 2007. CARNEIRO, Wálber Araujo. A cidadania tutelada e a tutela da cidadania: o deslocamento da função simbólica da Constituição para a tutela jurisdicional. In. SOUZA, Wilson Alves de. HIRSH, Fábio Periandro de Almeida (Org). Acesso à justiça, cidadania e direitos humanos e desigualdade socioeconômica: uma abordagem multidisciplinar. Salvador: Editora Dois de Julhos, 2013.

. O novo código civil e as políticas públicas: uma análise da desapropriação judicial. Direito UNIFACS, v. 102, p. 2, 2008.

. Estado, políticas públicas e agentes sociais: em busca do diálogo perdido. Amicus Curiae (UNESC), v. 5, p. 1-26, 2008.

COELHO, Paulo Magalhães da Costa. Controle Jurisdicional da Administração Pública. São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 6ª ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1993.

FRANÇA, Phillip Gil. Controle da Administração Pública. 3ª ed. São Paulo: Ed. RT, 2011. KELLES, Marcos Ferreira. Controle da Administração Pública Democrática: Tribunal de Contas no Controle da LRF. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Flores. Legalidade, eficiência e Controle da Administração. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Controle Judicial da Administração Pública: da legalidade estrita à lógica do razoável. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.

SANTOS, Reginaldo Souza (Coord.). Políticas Públicas Baianas: análises e perspectivas. 2ª ed. Salvador: Ed. Universitária Americana, 1991.

TREVISAN, Andrei Pittol e VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. In Revista de Administração Pública – RAP – nº

43. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 529/550.



Disciplinas Optativas complementares

Três - mediante escolha do aluno de acordo com seu objeto/projeto/problema/objetivo geral

Nome: Meio Ambiente e Sustentabilidade

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Política do meio ambiente e desenvolvimento sustentável na Constituição Federal. Princípios constitucionais da política do meio ambiente. Competências para o exercício das políticas públicas de sustentabilidade. Instrumentos de Política do Meio Ambiente e sustentabilidade. Meio Ambiente urbano e meio ambiente rural. Cidades sustentáveis, seu estatuto e instrumentos de sua materialização. A operação urbana consorciada e as parcerias público privadas como políticas públicas ambientais de promoção do desenvolvimento sustentável.

Bibliografia:

AGRELLI, Vanusa Murta; SILVA Bruno Campos (Coords).Direito Urbanístico e Ambiental. Estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008,.

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. Competências na Constituição de 1988. São Paulo: Editora Jurídico Atlas, 2005. ,Antonio Herman. Constitucionalização do Ambiente e ecologização da Constituição Brasileira. In CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro.São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito Administrativo e Políticas Públicas.São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coords). Direito Urbanístico e Ambiental. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007.

FARIAS, Paulo José Leite.Competência Federativa e Proteção Ambiental.Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999

RISCHEISEN, Luíza Cristina Fonseca. Políticas Públicas. A responsabilidade do administrador e o Ministério Público.São Paulo: Max Limonad, 2000.

Nome: Direito, Arrecadação, Orçamento

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Contabilidade pública: Conceito e divisão da Contabilidade Pública. Orçamento público: conceito, princípios e técnica orçamentária. Estudo da receita pública. O processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). A Execução Orçamentária e Financeira e o Cumprimento das Metas: Fase da Execução do Orçamento – empenho, liquidação e pagamento. Normas gerais de Direito Tributário. O Código Tributário Nacional: generalidades. Obrigação tributária: conceito e espécies. Responsabilidade tributária. Crédito tributário: conceito e natureza. Lançamento tributário: conceito e modalidades. Noções de processo administrativo e judicial tributário. Tributos federais, estaduais e municipais em espécie e principais características. Noções de direito penal tributário. Elisão e evasão tributárias.

Bibliografia:

TORRES, Ricardo Lobo - Curso de Direito Financeiro e Tributário - Renovar, 2ª edição, 2005. BASTOS, Celso Ribeiro - Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário - 2ª edição, Saraiva: 2006.
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006. BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
BRASIL, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Dispõe sobre normas de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos Orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo.
BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 3ª Edição. Saraiva, 2008.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, 24. ed., São Paulo: Saraiva, 2007.
GIACOMINI, James - Orçamento Público - São Paulo: editora ATLAS, 2009. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 12ª Edição, Saraiva, 2008. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
ORSI, Fábio Chagas. Orçamento Participativo: Uma Metodologia em Ascensão. Porto Alegre 199
PIMENTA, Marcelo Vicente de Alckmim. Teoria da Constituição. Del Rey, 2007.
SANTOS, Risonaldo Ferreira dos. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: uma análise dos fatores contributivos para a continuidade da experiência da cidade de Porto Alegre/RS. UFPB, 2004. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

Nome: Governança Global e Direito Transnacional

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Estado moderno e soberania; Formação do Estado e o conceito clássico de soberania; Integração e supranacionalidade; Globalização e governança global; Globalização e o surgimento de um novo contrato social; Governança e crise do Estado; desafios do direito internacional e o transnacionalismo jurídico; Os novos conceitos de governança e governança global; Governança global e federação mundial; Esfera Pública e a participação de novos atores transnacionais; Novos desafios do direito internacional e o transnacionalismo jurídico O surgimento de um direito cosmopolita; Direito Administrativo Global.

Bibliografia:

BARRAL, Welber. "A influência do Comércio Internacional no processo de Desenvolvimento". In: BARRAL, Welber e PIMENTEL, Luiz Otávio (Orgs.). Florianópolis, Fundação Boiteaux, 2006.
BARRETO, Vicente de Paulo. "Globalização, direito cosmopolítico e direitos humanos". In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes, CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, ALVES PEREIRA, Antônio Celso. (Coordenadores). Novas Perspectivas do Direito Internacional Contemporâneo. Estudos em Homenagem ao Professor Celso D. de Albuquerque Mello. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
ARNAUD, André-Jean. "Da regulação pelo direito na era da globalização". In: MELLO, Celso D. Albuquerque (Coord). Anuário: Direito e Globalização, 1: a soberania. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1999.
BERNARDES, Márcia Nina. "Esferas Públicas Transnacionais e Inclusão Política: Implicações Domésticas de Novas Configurações Transnacionais". In: MAIA, José Cavalcanti. Perspectivas atuais da Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.
BRANCO, Luizella Giardino Barbosa (Org.). Manual de Direito Comércio Internacional e Defesa Comercial. Rio de



Janeiro: Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Estado do Rio de Janeiro - OAB/RJ, 2006.

. Luizella Giardino Barbosa Branco. Sistema de Solução de Controvérsias no Mercosul: Perspectivas para a criação de um modelo institucional permanente. São Paulo: LTr, 1997. CASSESE, Sabino. "Global Standards for National Administrative Procedure". In: Administrative Procedure, n. 68 Law & Contemp. Probs. 109, 2005. Disponível em: <[https://admissions.law.duke.edu/shell/cite.pl?68+Law+&+Contemp.+Probs.+109+\(summer+autumn+2005\)+pdf](https://admissions.law.duke.edu/shell/cite.pl?68+Law+&+Contemp.+Probs.+109+(summer+autumn+2005)+pdf)>.

. A Crise do Estado. Campinas, SP: Saberes Editora, 2010.

. Global Administrative Law: an introduction. Disponível em:

<<http://www.iilj.org/GAL/documents/CassesePaper.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2011 CRETELLA NETO, José.

"Globalização: Empresas Transnacionais e Investimentos". In: GUERRA, Sidney (Org.). Globalização. Desafios e Implicações para o Direito Internacional Contemporâneo. Ijuí-RS: Editora Unijuí, 2006.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. "O Brasil no Contexto da governança global". In: Cadernos Adenauer IX, n. 3, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, março 2009.

DE CAMARGO, Sonia. "Economia e Política na Ordem Mundial Contemporânea" In: Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 19, nº1, jan/jun 97. Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Camargo_vol19n1.pdf. Acesso em: 03 nov. 2011.

DE OLIVEIRA, Gustavo Justino. "Governança Pública e Parcerias do Estado: a relevância dos Acordos Administrativos para a nova Gestão Pública". In: Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, n. 23, Salvador, Bahia, setembro/novembro, 2010.

DO VALLE, Vanice Regina Lírio. Direito fundamental à boa administração e governança: democratizando a função administrativa. Tese para obtenção do título de pós-doutor apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<www.bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6977/VANICE%20VALLE.pdf?sequence=1>.

GÓES, Guilherme Sandoval. O Geodireito e a Ordem Jurídica Internacional na Era Pós-Social. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para o Doutorado em Direito Internacional e Integração Econômica, 2009. Rio de Janeiro: UERJ.

Bibliografia complementar:

Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia. Disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf>.

GONÇALVES, Alcindo. A Legitimidade na Governança Global. Disponível em:

<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcindo_goncalves.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

GONÇALVES, Arlindo. "O conceito de governança". Disponível em:

<<http://www.ligiatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/24cccb375b45d32a6df8b183f8122058.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2011.



Nome: Direito, Movimentos Sociais e Minorias

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Ação Coletiva e Movimentos Sociais. Histórica e evolução. Fundamento constitucional. Teorias clássicas e novas teorias dos movimentos sociais. Democracia, tecnologia da informação e movimentos sociais. Tipologia e redes de movimentos sociais. Minorias e sua tutela constitucional. Dimensão política e dimensão jurídica. Criminalização dos movimentos sociais e das minorias. A globalização dos movimentos sociais pela Internet.

Bibliografia básica

Appio, Eduardo. Direito das Minorias. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. Castells, Manuel. Redes de Indignação e de Esperança. São Paulo: Zahar, 2013. CASTEL, Robert. A Insegurança Social: O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

Campilongo, Celso Fernandes. Interpretação dos Direitos e Movimentos Sociais. São Paulo: Campus Jurídico, 2011. GOHN, MARIA DA GLORIA. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Bibliografia complementar

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

. Comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOHN, MARIA DA GLORIA, Sociologia dos Movimentos Sociais. São Paulo: Cortez, 2013.

Nome: Educação e Desenvolvimento

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Desenvolvimento dos sistemas de educação. Políticas educacionais. Instituições públicas e privadas de ensino. Organizações de ensino. Planejamento e gestão educacional. Responsabilidade social. tendências da educação brasileira nos níveis federal, estadual e local, acompanhando os respectivos sistemas de educação da União, estados e municípios.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). Ensino superior: legislação atualizada 1997 – 1999. Brasília: DF, ABMES, 2000. 500p.

BLAU, Peter. Universidade como organizações. Revista Brasileira de Administração Educacional. Porto Alegre, v.2, n.2, p.10-26, jul./dez.; 1984.

BOAVENTURA, Eivaldo M. Universidade e multiversidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986. 108p.

. Como ordenar as idéias. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007. 59p. (Princípios, 128).

. (Org). Políticas municipais de educação. Salvador: EDUFBA, 1996. 152p.

. A educação brasileira e o direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997. 349p.

. UFBA: trajetória de uma universidade, 1946-1996: o Centenário de Edgar Santos e o Cinquentenário da Universidade Federal da Bahia. Salvador: EGBA, 1999. 391p.

. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: Edufa, 2009.

BORDENAVE, Juan Días; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino-aprendizagem. 24. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

BRAGA, Ryon; MONTEIRO, Carlos A. Planejamento Estratégico Sistêmico para Instituições de Ensino. São Paulo: Hoper, 2005.243p.

COLOMBO, Sonia Simões. ...[ET AL]. (Orgs.). Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004. 261p.

DRÈZE, Jacques; DEBELLE, Jean. Concepções da Universidade. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983, 131p.

FÁVERO, Osmar (Org.). A educação nas constituições brasileiras 1923-1988. 2. ed. ver. ampl. São Paulo: Autores Associados, 2001. 321p. coleção Memória da Educação.

HARDY, Cíntia; FACHIN, Roberto. Gestão Estratégica na Universidade Brasileira: Teoria e Caos. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000. 223p.

KERR, Clark. Os usos da universidade. Tradução de Débora Cândida D. Soares. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1982.

MEYER JR., Victor; MURPHY, J. Patrick (Orgs.). Dinossauros, Gazelas e tigres: novas abordagens da administração universitária. Um diálogo Brasil e Estados Unidos. Florianópolis: Insular, 2000. 176p.



PARENTE, José. Planejamento estratégico na educação. Brasília: Planos, 2001.
RANIERI, Nina B. Educação superior, Direito e Estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2000. 403p.
ROCHA, Carlos Henrique; GRANEMANN, Sérgio Ronaldo. Gestão de instituições privadas de ensino superior. São Paulo: Atlas, 2003.
SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da educação superior no Brasil. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 2001, 278p.
SUCUPIRA, Newton. O ensino superior, o Estado e a autonomia universitária. [Rio de Janeiro]: Academia Brasileira de Educação [199].
TACHIZAVA, Takeshi; ANDRADE, Rui Otávio B. Gestão de instituições de ensino. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. 278p.
WOLF, Roberto Pau. O ideal da universidade. São Paulo: UNESP, 1993. 201p.

Nome: Criminologia, Delito e Pena

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa: Relações de governança entre sistemas penais e sistemas de controle social. Epistemologia e escolas criminológicas. Crime, pena e evolução da sociedade. Política de controle criminal. Delito e pena nos Estados e nas Sociedades. Controle social da criminalidade. Governança do sistema penal, sistema de controle da criminalidade e indicadores de gestão. Avaliação de políticas públicas de controle da criminalidade.

Bibliografia:

ALBERGARIA, Jason. Noções de criminologia. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.
Anitua, Gabriel Ignacio. Histórias dos pensamentos criminológicos. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das Penas. São Paulo: Martin Claret, 2000.
BARATTA, Alessandro; BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002
CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
COSTA, Alfredo Bruto da. Exclusões sociais. Lisboa-PT: Gradiva Publicações, Ida, 1998. COSTA GOMES, Carlos Alberto. Análise criminal: segurança pública, planejamento estratégico. Salvador: OSPBA, 2010.
Da SILVA, Jorge. Criminologia crítica: segurança pública e polícia. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: O Homem Delinquent e a Sociedade Criminógena. Portugal: Coimbra – Pt, 1997.
DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins fontes, 2000. FERNANDES, Newton. Criminologia integrada. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
FROMM, Erich. Anatomia da destrutividade humana. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. GARÓFALO, R. Criminologia: estudo sobre o delicto e a repressão penal. São Paulo: Teixeira & Irmão – Editores, 1893.
GUIMARÃES, Alberto Passos. Classes perigosas: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
INNES, Brian. Perfil de uma mente criminosa: como o perfil psicológico ajuda a resolver crimes na vida real. São Paulo: Editora Escala, 2009.
JACOBS, Janes. Morte e vida de grandes cidades. Martins Fontes: 2000.
LEVITT, Steven D. Freakonomics: o lado oculto e inesperado dentudo que nos afeta. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
RUSCHE, George, KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social. 2 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004.
Santos, Juarez Cirino dos. A criminologia radical. Rio de Janeiro: Forense, 1981. WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.
WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social. Revista da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, mai. 1997.
WINNICOTT, Donald W. Privação e delinquência. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas. Revan, 2001.

Nome: Gestão de Pessoas e Direito do Trabalho

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Estudo da interdisciplinaridade existente entre a Gestão de Pessoas e Direito do Trabalho, bem como a importância da assessoria jurídica preventiva na gestão de RH. O panorama econômico, social e cultural impõe novos modelos de gestão com foco nas pessoas. É um desafio agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas, respeitando a legislação trabalhista, para alcançar determinado objetivo. O Objetivo é orientar a gestão de todos os processos sem acarretar ônus à organização ou reduzir a eficiência e eficácia do programa ou ação.

Bibliografia:

- BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: LTr, 2010.
- BONCIANI, Mario. Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho. In: Manual de Gestão de Pessoas e Equipes. vol. 2. Gustavo e Magdalena Boog (coord.). São Paulo: Editora Gente, 2002.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 08 jan. 2014.
- BRASIL. Decreto 5 de 14 de janeiro de 1991. Regulamenta a Lei N° 6.321, de 14 de abril de 1976, que trata do Programa de Alimentação do Trabalhador, revoga o Decreto n° 78.676, de 8 de novembro de 1976 e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0005.htm>. Acesso em: 26 de maio. 2014.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 21 jan. 2012.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: fundamentos básicos. São Paulo: Atlas, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. Como transformar RH (de um centro de despesa) em um centro de lucro. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação à administração de pessoal. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CRUZ, Patrick. Em vez de melhorar... a legislação trabalhista só piora. Eis uma área em que o Brasil, em contraste com o avanço de sua economia, anda para trás – o cipoal de 2400 regras sobre o trabalho não para de crescer. Revista Exame, v. 46, nº 1, 52-55, jan-2012.
- DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 8 ed. São Paulo: LTr, 2009. DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.
- FIDÉLIS, Gilson José. BANOVA, Marcia Regina. Gestão de recursos humanos: tradicional e estratégica. 2 ed. São Paulo: Érica, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. Administração de recursos humanos: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.
- HERMAN, Roger E. Como manter os bons funcionários: estratégias para solucionar o grande problema de recursos humanos da década. Tradução de Maria Claudia Santos Ribeiro Ratto. Revisão técnica de Luiz Fernando Martins. São Paulo: Makron Books, 1993.
- KNAPIK, Janete. Gestão de pessoas e talentos. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.
- MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2002.
- MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MILKOVICH, George T. BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RANGEL, Drausio Aparecido Villas Boas. Aspectos jurídicos na gestão de recursos humanos. In: Manual de gestão de pessoas e equipes. vol. 2. Gustavo e Magdalena Boog (coord.) São Paulo: Editora Gente, 2002.
- RIBEIRO, Antonio de Lima. Gestão de pessoas. São Paulo: Saraiva, 2006.
- SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol; MOLINA, Nilcemara, Leal; DIAS, Vanda Fattori. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- SARAIVA, Renato. Direito do trabalho. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2011. TONELLI, Maria José. Organizações, relações familiares e amorosas. In: Gestão com pessoas e subjetividade. Eduardo Davel; Sylvia Constant Vergara (org.). São Paulo: Atlas, 2001.

Nome: Financiamento Público, tributação e políticas públicas

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Planejamento e implementação das políticas públicas no contexto do financiamento público e da tributação.

Bibliografia:

BÁSICAS

AUGUSTO, F.; SALVADOR, E. Financiamento da política social, federalismo e reforma tributária. Revista política social e desenvolvimento; v.5: 6-37, 2014.

BALEEIRO, A. Uma Introdução à Ciência das Finanças. Atualizado por Hugo de Brito Machado Segundo. 18Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FATTORELLI, Maria Lúcia. A dívida pública em debate. Brasília: Inove, 2012

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SALVADOR, Evilásio. As implicações do Sistema Tributário Brasileiro nas Desigualdades de Renda. Brasília, INESC, 2014. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/as-implicacoes-do-sistema-tributario-nas-desigualdades-de-renda/publicacao>> Acessado em: 05 mar. 2017..

COMPLEMENTARES

BARCELLOS, Ana Paula Gonçalves Pereira de. "Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático." In: SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de (coords.). A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

BAUMAN, Zigmunt. Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DAIN, Sulamis. Os vários mundos do financiamento da Saúde no Brasil: uma tentativa de integração. Ciênc. Saúde Coletiva. vol.12. Rio de Janeiro Nov. 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000700008> Acesso: 01/09/2016, 16:35 horas.

HARVEY, David. Os Enigmas do Capital e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

JORGE NETO, Nagib de Melo. O controle jurisdicional das políticas públicas: concretizando a democracia e os direitos sociais fundamentais. Salvador: Juspodvm, 2008.

KELBERT, Fabiana Okchstein. Reserva do Possível e a efetividade dos direitos sociais no direito brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 122.

KRELL, Andreas Joaquim. Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional comparado. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

O'CONNOR, James. USA: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OATES, Wallace E. Fiscal Federalism. NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

SCAFF, F. F. Reserva do possível, mínimo existencial e direitos humanos. Verbas Juris; v.4, 2005.

SILVA NETO, Alfredo Lopes da. Dívida pública interna federal: uma análise histórica e institucional do caso brasileiro. Brasília: UnB, 1980

TORRES, R. L. O Mínimo Existencial e os Direitos Fundamentais. Revista de Direito Administrativo, nº 177. Rio de Janeiro: Renovar, 1989, p. 29-49.



Nome: Economia do Desenvolvimento

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Economia do Desenvolvimento objetiva formar profissionais e pesquisadores de excelência, qualificando-os a desenvolver pesquisas em diferentes temas relacionados ao desenvolvimento econômico. Apresenta uma abordagem abrangente do desenvolvimento econômico, visto como um fenômeno de longo prazo, de natureza multidisciplinar, em que as instituições têm um papel decisivo tanto pelas alternativas de regulação do mercado e de uma ação proativa no sistema socioeconômico quanto pelo enfrentamento das restrições impostas ao processo de desenvolvimento. A disciplina, parte da análise dicotômica dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (conceito e indicadores de desenvolvimento, estrutura de uma economia subdesenvolvida, estrangulamentos do desenvolvimento) fazendo opção por uma abordagem histórica e econômica, analisando o pensamento dos autores das ideias seminais que fundaram as correntes de pensamento liberal, neoliberal e socialista até os modelos operacionais de aplicação à realidade, tais como políticas de incentivo e promoção do desenvolvimento; a inovação, mudança tecnológica e o desenvolvimento endógeno; o financiamento público e privado, a geração de economias de externas e de aglomeração; mecanismos de distribuição de renda num contexto de desigualdade (individual, social e regional), políticas públicas para os recursos naturais e o meio-ambiente.

Bibliografia:

- ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. As Regiões Ganhadoras: Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras (PT): Celta, 1994.
- BRUM, Argemiro. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Petrópolis: UNIJUÍ, 1999.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e a concentração industrial no Brasil. 1930- 1995. São Paulo: UNICAMP, 1998.
- DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1979. 2 V.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959. FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento econômico. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1983.
- HIRSCHMAN, Albert O. Estratégia do Desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960.
- HUME, David. Investigação acerca do entendimento humano. São Paulo: Acrópolis, 2006. IANNI, Octávio. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1988.
- JEVONS, William Stanley. The Theory of Political Economy. 3. ed. London (GB): Macmillan and Co. 1888.
- KEYNES, John Maynard. The General Theory of Employment, Interest, and Money. Adelaide (AU): The University of Adelaide Library, 2010.
- KRUGMAN, Paul. Una política comercial estratégica para la nueva economía internacional. Ciudad de México (MX): Fondo de Cultura Económica, 1991.
- KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. International Economics: Theory and Policy. 5. ed. New York (US): MAKRON Books Ltda. 2001
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. São Paulo: Nobel, 1987.
- LOCKE, John An Essay Concerning Human Understanding. Toronto (CA): General Publishing Co., 1959
- MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. 8th ed. London (GB): Macmillan and Co. 1920 MARX, Karl. Capital. A Critique of Political Economy. Middlesex (GB): Penguin Books – New Left Review, 1976
- MARX, Karl. Formações Econômicas pré-capitalistas. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1964. MELO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MILL, John Stuart. The Principles of Political Economy with some of their applications to social philosophy. Bristol (GB): School of Economics, Finance and Management - University of Bristol.
- MILL, John Stuart. Utilitarianism. Kitchener, Ontario (CA): Batoche Books, 2001.
- MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: MEC – ISEB, 1960.

- OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re (li) gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PEDRÃO, Fernando Cardoso. Uma introdução à pobreza das nações. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PERROUX, François. L' économie du XX éme siècle. Paris (FR): Presses Universitaires de France, 1964.
- PERROUX, François. O Conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- RICARDO, David. On the Principles of Political Economy and Taxation. Kitchener, Ontario (CA): Batoche Books, 2001.
- SANTOS, Theotonio. Economia Mundial, Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SASSEN, Saskia., As cidades na Economia Mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SMITH, Adam. Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. 2. ed. Lisboa (PT): Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. 2v.
- SPINOLA, Noelio. A trilha perdida. Caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2009.
- SPINOLA, Noelio. Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador: Unifacs, 2003.

Nome: Ética, Sociedade e Democracia

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Sociedade, sistemas sociais e cultura. Sujeitos coletivos e individuais. Democracia e ação social. Ética e discurso. Moralidade pública e privada.

Bibliografia Básica:

TUGENDHAT, E. Lições sobre ética. Petrópolis: Vozes, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, v. 1

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, v. 2

LUHMANN, Niklas. El derecho de la sociedad. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2002.

WEBER, Max. Economia e sociedade I. Brasília: Editora da UNB, 2009.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica. São Paulo: Saraiva, 2008.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores). CARNEIRO, Walber Araújo.

Hermenêutica jurídica heterorreflexiva: uma teoria dialógica do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

KANT, Immanuel. Crítica da razão prática. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. São Paulo: Barcarolla, 2010. LUHMANN, Niklas.

Introdução à teoria dos sistemas, Petrópolis, Vozes, 2009

MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987. MARCONDES, Danilo. Textos

básicos de ética: De Platão à Foucault. 3a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007. NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

NIETZSCHE, F. Genealogia da Moral. Trad. Paulo Cesar Lima de Souza. Edit. Companhia das Letras, 1987.

PLATÃO. Mênon. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

QUARESMA, Ruben de Azevedo. Ética, direito e cidadania: Brasil sociopolítico e jurídico atual. Curitiba: Juruá, 2008.

CORTINA, Adela. Ética Mínima. São Paulo: Martins Fontes, 2009. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HABERMAS, J. O futuro da natureza humana. São Paulo: Martins Fontes, 2004. HERKENHOFF, Joao Baptista. O direito dos códigos e o direito da vida: atores do mundo juridico estudados sob o angulo da sociologia do direito. Porto Alegre, RS: Fabris, 1993.

OLIVEIRA, Manfredo A. Correntes Fundamentais da Ética Contemporânea, Petrópolis, Vozes, 2ª. Edição.

PERELMAN, Chaïm,. Ética e direito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. RAWLS, J. História da filosofia moral. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social, São Paulo, Martins Fontes, 1995

WEBER, Max. A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Economia e sociedade II. Brasília: Editora da UNB, 2012.

Nome: Novas figuras do Direito Administrativo

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

EMENTA:

Neoconstitucionalismo e Direito Administrativo: Uma releitura principiológica. Administração Pública Policêntrica e o Terceiro Setor. Redefinição do Espaço Público e participação como novos Elementos da Administração Pública. Modelos de Abertura da Administração Pública ao Particular: Concessões e Permissões de Serviços Públicos e a Parceria Público-Privada. Consórcios Públicos: a implementação de um federalismo cooperativo. O papel da Administração Pública na regulação da ordem econômica. As alterações do modelo de contratação da Administração Pública. Controle e responsabilização dos ilícitos perpetrados contra a Administração pública: da improbidade administrativa à lei anticorrupção.

BIBLIOGRAFIA:

- ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências reguladoras. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2013.
- BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo: Direitos Fundamentais, Democracia e Constitucionalização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- (org.). Agências Reguladoras e Democracia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Consórcios Públicos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- DALLARI, Adilson de Abreu; NASCIMENTO, Carlos Válder e MARTINS, Ives Gandra da Silva (orgs.). Tratado de Direito Administrativo – Vol. 1. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.
- GARCIA, Emerson e ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 7ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013.
- GIACOMUZZI, José Guilherme. A moralidade administrativa e a boa-fé da Administração Pública. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- GRAU, Eros Roberto e FORGIONI, Paula. O Estado, a Empresa e o Contrato. São Paulo: Malheiros, 2005.
- MARTINS, Ricardo Marcondes. Regulação Administrativa à luz da Constituição Federal. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MIRAGEM, Bruno. A nova Administração Pública e o Direito Administrativo. 2ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.
- MONTEIRO, Vera. Concessão. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MOREIRA, Egon Bockman e GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Licitação Pública: a Lei geral de licitação e o regime diferenciado de contratação – RDC. São Paulo: Malheiros, 2012.
- ROCHA, Sílvio Luís Ferreira da. Terceiro setor. São Paulo: Malheiros, 2006.
- ROSILHO, André. Licitação no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013.
- STOBER, Rolf. Direito Administrativo Econômico. Tradução Antônio Francisco de Sousa. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012.
- SUNDFELD, Carlos Ari (org.). Contratações públicas e seu controle. São Paulo: Malheiros, 2013.
- . Direito Administrativo econômico. São Paulo: Malheiros, 2006.
- . Parcerias Público-Privadas. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Nome: Saúde Pública: Atenção Primária e Promoção da Saúde

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Planejamento, monitoramento e avaliação das ações de promoção da saúde. Focalização versus universalização na saúde na atenção básica. Financiamento da atenção básica no SUS. Modelos assistenciais de atenção básica e evolução histórica. O Programa Saúde da Família – PSF - como base do SUS. A atenção integral à saúde entre o PSF e os níveis de complexidade do SUS. Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) no planejamento e programação local. Interação do SIAB com os sistemas de informação em saúde. Avaliação do impacto das ações básicas de saúde.

Bibliografia:

1. ANDRADE, L.O.M. SUS Passo a Passo: Normas, Gestão e Financiamento. São Paulo; Sobral:Hucitec /UVA, 2001. 279 p.
2. BODSTEIN, R. C.; FONSECA, C. M. O. Desafios da reforma sanitária: consolidação de uma estrutura permanente de serviços básicos de saúde. In: COSTA, N. R.; MINAYO, C. S.; RAMOS, C. L.; STOTZ, E. N. (Org.). Demandas populares, políticas públicas e saúde. Petrópolis: Vozes, Abrasco, v.1. c.3, 1989. p.67 – 90.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. ? Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. ? 3. ed. ? Brasília : Ministério da Saúde, 2010.
5. CARNEIRO, F. F.; MOISÉS, M.; PERES, F.; SÁ, W. R.; BERTOLINI; V. A. Da atenção primária ambiental para a atenção primária em saúde ambiental: construção de espaços saudáveis e convergências no Brasil. Brasília. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2003. 6. CASTRO, AM e MALO, M. SUS: Ressignificando a promoção da saúde. São Paulo: Hucitec/OPAS, 2006, p.62-74.
7. MENDES, E. V. (org.). Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1999.
8. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICADA DA SAÚDE. Renovação da Atenção Primária em Saúde nas Américas: documento de posicionamento da OPAS/OMS. Washington, 2007.
9. SILVA JÚNIOR, A.G. Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: O debate no campo da Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec, 1998.142 p.
10. SIQUEIRA, S. A. V; SENNA, M. C. M.; OLIVEIRA, P. T. R; PINTO, L. F. Descentralização e assistência à saúde no Brasil: a oferta de serviços nos anos 90. In: Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 26, n. 60, Rio de Janeiro: CEBES, Ano XXVI, jan./abr., 2002. p. 25 – 36.

Nome: Tópicos Especiais em Ferramentas e Práticas de Pesquisa

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Aplicações de ferramentas para pesquisa científica. Aplicar software para análise qualitativa e quantitativa. Ferramenta de construção de biblioteca virtual. Editor eletrônico de texto. Aplicação de normas da ABNT em editor de texto. Consulta a base de dados. Bibliotecas online. Bibliotecas de dados quantitativos. Uso da base de dados CAPES. Software de análise qualitativa e quantitativa. Base de dados web Science. Base de dados Scopus. Base de dados Scielo. Aplicativos de gestão de bibliotecas e citações. Bancos de dados quantitativos.

Bibliografia Básica:

AGRAWAL, A. EndNote 1 - 2 - 3 Easy: Reference Management for the Professional. [s.l.] Springer Science & Business Media, 2009.
BUSINESS, A. T. S. OF. GNU PSPP STATISTICAL ANALYSIS SOFTWARE. [s.l.] Advanced Micro Systems Sdn Bhd, [s.d.].
FIELD, A. Descobrimos a estatística usando o SPSS - 2.ed. [s.l.] Bookman Editora, 2009.
FRIESE, S. Qualitative Data Analysis with ATLAS. Ti. [s.l.] SAGE, 2014.
MARRÔCO, J. Análise Estatística com o SPSS Statistics. 5. ed. [s.l.] ReportNumber, Lda, 2011.
NASCIMENTO, A. G. D. Altmetria para bibliotecários: Guia prático de métricas alternativas para avaliação da produção científica. [s.l.] Revolução eBook, 2016.
PUCKETT, J. Zotero: A Guide for Librarians, Researchers, and Educators. [s.l.] Assoc of Coll & Rsrch Libr, 2011.
RAUBENHEIMER, J. Mendeley: Crowd-sourced Reference and Citation Management in the Information Era. [s.l.] True Insight Publishing, 2014.
ROSA, M. V. DE F. P. DO C.; ARNOLDI, M. A. G. C. A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados. [s.l.] Autêntica, 2017.

Bibliografia Complementares:

CAMPOS, Thamara de Souza; DAMASCENO, Vinicius Oliveira; ALMEIDA, Patrícia Casagrande Dias de; et al. The capes periodicals portal and its use by graduate medical students. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 36, n. 1, p. 50–54, 2012.
CENDÓN, Beatriz Valadares; SOUZA, Juliana Lopes de Almeida RIBEIRO, Nádia Ameno. Satisfaction of the user of the Capes Portal of Scientific Journals: a study on the success in the use of the system. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 16, n. 2, p. 67–100, 2011.
CUNHA, Adriana Áurea Lara. Uso de bibliotecas digitais de periódicos: um estudo comparativo no Portal de Periódicos CAPES entre áreas do conhecimento. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 14, n. 2, p. 237–240, 2009.
CUNHA, Adriana Áurea Lara CENDÓN, Beatriz Valadares. Use of digital libraries of scientific journals: a comparison of the use of the Portal Capes in different domains of knowledge. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 15, n. 1, p. 70–91, 2010.
MARICATO, João de Melo. The impact of CAPES portal of journals in the scientific production of plasma science in Brazil. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 2, p. 98–117, 2007.
MARTINS, Cláudia Araújo BRAILE, Domingo Marcolino. Scientometric analysis of journals from Health Science and related areas available at Portal de Periódicos da Capes. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 14, n. 3, p. 75–93, 2009.
MEIRELLES, Rodrigo França MACHADO, Raymundo das Neves. The functionality and performance of CAPES Journal Gateway among researchers of the Communication and Information Science areas at the Federal University of Bahia. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 3, p. 54–64, 2007.

Nome: Tópicos Avançados em Formas Alternativas de Produção Científica com ênfase em Arte

Carga horária: 30 horas

Número de créditos: 2

Ementa:

Investigação científica com Arte. A intertextualidade. A pesquisa, a coleta de informações, o uso das informações para a produção de um texto (produto) científico com interface em Artes. Análise e inferências. Leitura e produção de textos: como saber ler, entender e transferir a leitura para e com os campos da arte. Metodologias para organizar,

classificar e reunir ideias e saberes relacionando-os com as mais diversas manifestações artísticas: música, pintura, artes plásticas, cinema, literatura, arquitetura e teatro. Produção de métodos para sala de aula e artigos científicos com o suporte em diversas obras estéticas.

Bibliografia:

- ALMEIDA, J. F. & PINTO, J. M. A investigação nas Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p.49-64.
- CALABRESE, Omar. Como se lê uma obra de arte. Lisboa: Edições 70, 1997.
- COSTA, S. F. Os caminhos da investigação. São Paulo: Harbra, 2000.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.
- DAVEL, E. ;VERGARA, S.C. ; DJAHANCHAH, P. G. (ORGS). Administração com arte. São Paulo: Atlas, 2007.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.293 p.
- FODDY, W. Como perguntar. Teoria e Prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras: Celta, 1996 , cap. 4 e 5.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa Social. São Paula: Editora Atlas S. A., 1999, p. 49-55.
- GOODE, W. J; HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1969 (p. 55- 73).
- KERLINGER, F. N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: EDUSP, 1980, cap. 2 e 3
- LAVILLE, C. & DONNE, J. A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas; trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. . Porto Alegre: Artes médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 262 p.
- MANGENEAU, D. Análise do discurso. Campinas: Pontes, 1989.
- MANGUEL, Alberto. Lendo imagens: uma história de amor e ódio. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Claudia Strauch. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- MINAYO, Cecília de Souza (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994. 80 p.
- MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996
- NUNES, E.O. (org.) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa social. Métodos e técnicas São Paulo: Editora Atlas S. A., 1999, p. 55- 63 e 104-116.
- RODRÍGUEZ, V. B. C. Além do espelho. Análise de imagens de arte, cinema e Publicidade. 2ª. ed. Curitiba: Ed. Appris, 2014.
- RODRÍGUEZ, Vanessa Brasil C. 2004. "A leitura, o texto, o sujeito. O Lugar da inscrição do desejo." Revista da FAEBA/ UNEB, Salvador, v.13, nº 21, 35-44
- _____. 1996. Mito y Relato clásico cinematográfico. Un análisis de "Mogambo" de John Ford (1953). Tesis doctoral. Bilbao: UPV (inédito)
- RODRIGUEZ, Vanessa Brasil Campos (2009). "A verdade da palavra mítica. Uma análise do mito de Édipo". Revista Acta Semiótica Et Lingvistica v. 14, nº 2, ano 33, p. 101-116, 2009.
- RODRIGUEZ, Vanessa Brasil Campos. O Filme "O Silêncio Dos Inocentes" nos Ensina a Investigar e Produzir Textos Científicos. Do desafio do Professor à Transformação do Aluno. Atas do XL Enanpad - Encontro Nacional de Pesquisadores em Administração. 2016. (Encontro).
- SARAMAGO, José. O conto da ilha desconhecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHRADER, A. Introdução à pesquisa social empírica: um guia para o planejamento , a execução e a avaliação de projetos de pesquisa não-experimental. Porto Alegre: Globo/UFRGS,1974, p.5.- 35 e 47-80.
- SANTAELLA, Lúcia. Redação e Leitura. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SELTIZ/JAHODA/DEUTSCH/COOK. Métodos de pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: Ed. Herder, 1965, p. 37-97.
- SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. A arte de escrever bem. São Paulo: Contexto, 2012.
- WENDERS, Win. A paisagem urbana. p. 181 Revista do IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 23, ano 1994
- WILSON, J. Pensar com conceitos. São Paulo: Marins Fontes, 2001.